

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 09/2025

ALTERA E INCLUI DISPOSITIVO DA LEI Nº 1.692/2011 (CTM), E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GERMANO STEVENS, Prefeito Municipal de Imigrante, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER que encaminhei à Câmara Municipal de Vereadores para análise e votação o seguinte Projeto de Lei Complementar:

Art. 1°. Fica autorizada a **alteração do parágrafo único do artigo 99 da Lei Municipal n° 1.692**, de 1° de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Tributário do município de Imigrante, que passa a ter a seguinte redação:

"TÍTULO III IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

(...)

CAPÍTULO IV

Contribuinte e Responsável pelo Recolhimento do ISS

(...)

Art. 99. (...)

Parágrafo Único. A responsabilidade de que trata este artigo poderá ser afastada mediante a retenção na fonte e a realização do recolhimento do ISS, até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao da ocorrência do fato gerador ou dia útil posterior."

Art. 2°. Fica autorizada a inclusão do parágrafo 3° no artigo 107 da Lei Municipal n° 1.692, de 1° de dezembro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Tributário do município de Imigrante, com a seguinte redação:

"TÍTULO III IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

(...)

CAPÍTULO VIII

Obrigações Acessórias

(...)

Art. 107. (...)

Segue ...



MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

Projeto de Lei Complementar nº 09/2025

Fl. 02

§ 3°. A Nota Fiscal de Serviços eletrônica poderá ser substituída ou cancelada até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao de sua emissão."

Art. 3°. Ficam inalteradas as demais disposições da Lei Municipal n° 1.692, de 1° de dezembro de 2011.

Art. 4°. Essa Lei Complementar entrará em vigor em 1° de janeiro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO DE IMIGRANTE, 24 de novembro de 2025.

GERMANO STEVENS

Registre-se e Publique-se

Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE IMIGRANTE

Imigrante, 24 de novembro de 2025.

Mensagem Justificativa ao Projeto de Lei Complementar nº 09/2025

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras:

Este Projeto de Lei Complementar prevê a alteração da redação atual do dispositivo pelo qual o Imposto Sobre os Serviços relativos as Notas Fiscais de Serviços emitidas até o final de cada mês devem ser pagos até o dia 10 ou dia útil seguinte, a partir do próximo ano o ISS poderá ser pago até o dia 15 ou dia útil seguinte. Dessa forma traremos mais isonomia em relação aos outros Municípios, dentro do âmbito da Nota Fiscal de Serviços Nacional e em relação a Reforma Tributária.

Já a inclusão do parágrafo 3º no artigo 107 do nosso Código Tributário preverá que "Nota Fiscal de Serviços eletrônica poderá ser substituída ou cancelada até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao de sua emissão", atualmente a nossa Lei é totalmente omissa em relação a esse assunto.

Certos de vossa atenção, agradecemos antecipadamente e apresentamos cordiais saudações.

Atenciosamente,

GERMANO STEVENSPrefeito Municipal